



## ENCONTRO SOBRE CULTURA CIDADÃ

No dia 13 de dezembro de 2010, o **Rio Como Vamos**, com apoio do **Instituto Pereira Passos**, realizou, no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Encontro sobre Cultura Cidadã. Participaram do evento 55 pessoas originárias de instituições da sociedade civil e órgãos públicos. O seminário teve por objetivo discutir atitudes de cunho cidadão que contribuam na construção de uma cidade melhor para todos hoje, e ainda melhor para as gerações futuras.

Ao abrir o evento, o Secretário Municipal de Desenvolvimento e presidente do IPP Felipe Góes destacou que, na medida em que a pacificação chega a regiões antes conflagradas, e que projetos importantes para a cidade, como a revitalização da Zona Portuária, começam a se tornar realidade, é fundamental que também o cidadão adote medidas simples, mas importantes para a sua manutenção. A questão do lixo é dada como exemplo: é preciso que o carioca se conscientize da importância de se evitar jogar lixo nas ruas e que trabalhe no engajamento de cada vez mais pessoas nesse esforço, não só para manter a cidade limpa, mas para liberar recursos que serão revertidos em outros tipos de benefícios ao cidadão. A cidade é de todos nós, mas não para que a degrademos, e sim para que possamos usufruir do que ela pode nos oferecer de melhor.

Rosiska Darcy, presidente do Rio Como Vamos, complementou a abertura afirmando que é preciso quebrar o paradigma do “nós e ele (governo)”, pois governo nenhum, por melhor que seja, funciona plenamente sem a participação da população. E o fato de cidadãos se reunirem para tratar do assunto, ou para tocar iniciativas como as apresentadas no encontro, que estimulam de alguma forma a participação da população, já são, por si só, um sintoma positivo rumo à criação de uma Cultura Cidadã. Trata-se, segundo ela, de uma questão de sobrevivência numa megalópole como o Rio de Janeiro, pois, a título de exemplo, não adianta a Comlurb varrer a cidade se as pessoas continuam jogando lixo no chão. Não adianta os sinais de trânsito funcionarem bem se os motoristas aceleram para passar pelo sinal amarelo, pondo vidas em risco com essa atitude. E o atual momento, em que transformações de todos os tipos – sejam estruturais ou no campo da segurança – começam a ocorrer na cidade, é oportuno para que a mudança se dê também no âmbito da população.

Em seguida, foram apresentados três exemplos de iniciativas surgidas da sociedade civil e que têm se mostrado capazes de mobilizar e engajar outras pessoas em atitudes que se revertem em melhoria da qualidade de vida em comunidades carentes ou na cidade como um todo: Disque Denúncia, movimento A Maré que Queremos e criação da Casa da Alegria, do Morro do Cantagalo. Coordenando a mesa, Thereza Lobo, do Rio Como Vamos, mostrou que os

casos apresentados são distintos em seus objetivos, realidades e abrangências (área pacificada – Cantagalo; área não pacificada – Maré; toda a cidade – Disque Denúncia), mas têm importantes pontos em comum: origem na sociedade civil e estímulo à cultura e participação cidadãs.

Os representantes das organizações foram solicitados a responder três grupos de perguntas: a) origens, atividades e resultados das iniciativas; b) as mensagens para a cidade que estão passando e suas expectativas; c) questões específicas para aquela realidade.

A seguir, registra-se uma síntese dos casos apresentados.

## **SOCIEDADE CIVIL**

### **REDES DA MARÉ – Eliana Souza e Gilberto Souto**

Formada por 16 comunidades, com situações e problemas semelhantes, o Complexo da Maré era, contudo, marcado pela fragmentação das instituições comunitárias, provocada principalmente pela violência, visto que o complexo de favelas é repartido por diferentes facções criminosas. Moradores e seus representantes são impedidos de circular livremente de uma comunidade a outra. Os indicadores sociais das comunidades, nada favoráveis, eram bem conhecidos através de trabalhos desenvolvidos por organizações como a Redes da Maré. No entanto, ao se acompanhar sua evolução, notava-se que em nada melhoravam.

Levando em conta, então, a importância da união de forças para a busca de parceiros e encaminhamento de uma pauta comum de demandas que pudesse levar à melhoria desses indicadores sociais e das condições de vida dos moradores, a Redes da Maré incentivou o movimento A Maré que Queremos, com objetivo de reunir as associações para discutir as prioridades e traçar estratégias comuns de atuação. O primeiro desafio foi encontrar um espaço neutro para o encontro dos representantes das comunidades. O escolhido foi o Centro de Artes da Maré, próximo à Avenida Brasil, nos limites da favela Nova Holanda, onde são realizadas as reuniões quinzenais das lideranças comunitárias, são discutidos os problemas das comunidades e traçadas pautas de reivindicações a serem levadas a órgãos públicos e decididas outras iniciativas a serem desenvolvidas em conjunto.

Para o movimento, a mensagem que se pretende passar é a de que a favela pode ter um poder ativo, fora da mistificação de que lá é um lugar de “coitadinhos”, e que seus moradores não querem ser meros expectadores do planejamento feito pelo poder público para as comunidades. Nas favelas já existem vida inteligente, histórias, expectativas. As políticas públicas devem olhar sempre para esse “mundo real”, procurando entender o que desejam seus moradores e o que realmente pode ser feito para trazer resultados práticos para a melhoria da qualidade de vida deles. E, apesar de o movimento comunitário vir passando por um momento de enfraquecimento, ele ainda pode ressurgir e ajudar a vida de muitas pessoas. Como acontece na Maré, as associações de moradores, unidas, vêm se mostrando como pontos importantes de mobilização e reivindicação por mudanças junto ao poder público.

Para o futuro, o que se espera é unir ainda mais as pessoas das comunidades da Maré, de forma a ampliar o trabalho e fazer com que elas voltem a acreditar que é possível um trabalho de união comunitária. Melhorar o trabalho significa aproximar cada vez mais as ONGs das associações de moradores, ao mesmo tempo em que as organizações e os papéis de cada uma são repensados. Para tanto, manter as lideranças reunidas é uma forma de dar mais

credibilidade ao trabalho geral. É o poder coletivo nas decisões locais, que já agiu e obteve frutos em contatos com a Cedae e a Secretaria de Saúde, por exemplo.

CANTAGALO – Carlos Campana (DPZ), Roberto Cabral e Silvia Perrone (E.S.Alegria da Zona Sul)

Com a pacificação do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho e a construção do elevador panorâmico, os turistas começaram a aparecer na quadra da Escola de Samba Alegria da Zona Sul, no Morro do Cantagalo. A diretoria da agremiação percebeu a necessidade de melhorar as condições do local para receber esses turistas e também passar a atrair outros. Buscou-se então parcerias com a Associação de Moradores de Ipanema e com a agência de publicidade DPZ. Das conversas que se seguiram observou-se que, mais do que a necessidade de se reformar a quadra e os banheiros para atender os visitantes, era fundamental desenvolver um projeto de centro cultural, capaz de criar uma estrutura consistente que atraísse os turistas pela cultura que a escola de samba e a comunidade podem oferecer, e não pelo simples turismo exótico em uma favela. Além disso, deveria ser um projeto que atendesse também aos moradores, abrindo a eles novas oportunidades. Moldou-se assim o projeto da Casa da Alegria, centro cultural para receber manifestações de música, teatro, artes plásticas, entre outras. Artistas já começam a ser contatados para levar seus trabalhos ao local.

O exemplo do Cantagalo, acreditam os parceiros no projeto, é um reflexo do que pode acontecer quando se possibilita que as pessoas tenham segurança instalada e acesso aos locais. No caso específico daquela comunidade, a UPP trouxe a mensagem de que se pode reduzir a fissura social, e de que o grande desafio a seguir é o de atrair e manter iniciativas que levem ao desenvolvimento da favela pacificada, com a valorização da cultura e das demandas locais. Evita-se, também, o problema maior para o desenvolvimento de projetos de turismo que é o confronto armado entre bandidos e polícia. Mas toda mudança deve ser baseada em trocas bilaterais, que partam tanto do poder público quanto da sociedade, evitando-se o sensacionalismo, a imagem da comunidade “coitadinha”. Desta forma, pode-se envolver a todos num projeto que crie novas perspectivas, especialmente para os jovens.

O momento agora é de organizar e continuar o trabalho em ambos os lados – UPP e escola de samba. Estas ações se realizam com diálogo com a população local, diálogo este que, no caso do Cantagalo, vem sendo possibilitado pelo comandante da UPP local, que tem se mostrado bastante receptivo e colaborador com as demandas da comunidade.

DISQUE DENÚNCIA – Zeca Borges e Michelle Jorge

O Disque Denúncia nasceu em 1995, num momento de explosão da criminalidade no Rio de Janeiro, quando os indicadores atingiram 8.700 homicídios ao ano, 54 mil roubos e furtos de carros e 122 sequestros. Um grupo de empresários então se reuniu para discutir como a sociedade civil poderia participar dos esforços para reverter aquele quadro e de que forma poderia ser mobilizada para também entrar em campo naquela iniciativa. O meio encontrado foi o do anonimato, e o canal criado para permitir essa participação uma central telefônica. Nascia assim, então, o Disque Denúncia, em agosto de 1995, que logo teve um teste de fogo com a

ocorrência de três casos de seqüestro em um único dia no mês de novembro, dos quais o DD ajudou a solucionar dois em uma semana.

Vencido o primeiro momento de certa desconfiança com a proposta de denúncia – devido à lembrança recente do período de ditadura em que militantes eram delatados às forças repressoras – o DD ganhou credibilidade e se consolidou como instrumento de apoio no combate à criminalidade, já tendo registrado até hoje cerca de 1,5 milhão de ligações recebidas. Nesses 15 anos de existência, o perfil do crime na cidade e no estado mudou e o DD se adaptou para acompanhar essa mudança e atender às novas demandas da população que recorre ao serviço. Atualmente, além de receber denúncias sobre tráfico e roubos, o DD tem núcleos voltados à análise criminal de exploração sexual de crianças, núcleos de violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos. Nas áreas atendidas pela Política de Pacificação criou canal para repassar as denúncias em tempo real para as respectivas UPPs. Também mantém página na internet de criminosos procurados; programa de premiação a policiais que obtém ações positivas no combate ao crime sem a ocorrência de mortes; além de fazer o acompanhamento junto a instituições que recebem a denúncia, a fim de dar uma resposta à população e promover palestras, capacitações e estudos temáticos, conforme demanda ou oportunidade.

No atual momento, o DD se volta ao desenvolvimento de novas estratégias e à avaliação e aproveitamento de novas mídias a fim de deixar o processo de coleta de informações ainda mais dinâmico, variado e seguro. Neste sentido, nas áreas de UPPs vem sendo realizado um relatório sobre o que pensam os moradores, como eles avaliam as mudanças que se observam nas comunidades. E o Twitter vem sendo usado como canal para alertar o cidadão sobre pontos críticos de assaltos na cidade. Apesar das mudanças de estratégia, o princípio básico do DD nunca é deixado de lado, o de garantir a segurança do denunciante através do anonimato.

Com tudo isso, a mensagem que o Disque Denuncia busca passar é a de que o cidadão pode comunicar aos meios oficiais, através do canal oferecido e protegido pelo anonimato, as ações que considera erradas em seu cotidiano. Para o futuro, além de levar sua experiência para outros estados e até países, o DD amplia sua atuação para outras áreas, passando a estimular e receber denúncias de campos ainda pouco explorados, de modo a ajudar o cidadão a vencer estes problemas. Um exemplo disso é o barulho noturno excessivo, que ainda incomoda muito o carioca de forma geral e que o cidadão comum pouco pode fazer para eliminá-lo.

## **PODER PÚBLICO**

Como contrapartida às iniciativas da sociedade civil, o Rio Como Vamos convidou representantes do poder público para reagir ao relato dos casos. A eles também foram feitas perguntas: a) como o poder público pode aproveitar as iniciativas discutidas?; b) quais os entraves para um melhor aproveitamento de iniciativas desta natureza? A seguir, uma síntese do que foi apresentado:

Sílvia Ramos – Subsecretária Estadual de Integração dos Programas Sociais

Duas abordagens foram utilizadas para responder às questões colocadas: a primeira, sua experiência como pesquisadora do tema de Segurança Pública; a segunda na sua experiência de seis meses de atuação na Secretaria Estadual de Assistência Social, coordenando o processo de desenvolvimento da UPP Social.

Sílvia afirmou que o poder público não sobreviverá se não houver uma mudança de paradigma na interlocução com os setores vivos da sociedade e que esta percepção ainda não é consensual. Isso não significa que o poder público não tenha algum diálogo com a sociedade, mas essa relação precisa ser feita de outra forma, ouvindo mais a população, ou não adiantará fazer PAC, UPP, UPP Social, Clínica da Família ou qualquer outra obra, que as demandas locais não serão realmente atendidas e na medida necessária. Não se pode achar que a UPP e os serviços que chegam a reboque transformarão o horror de antes e deixarão tudo cor-de-rosa nas favelas.

Sua opinião é de que as UPPs criaram um paradoxo diante de um choque real: melhoraram o direito de ir e vir dos moradores e lhes deram mais liberdade; por outro lado, trouxeram certa dificuldade ao mudar o modelo de interlocução com uma associação de moradores que, até então, só costumava dialogar com o poder público em momentos de demanda por casos extremos, como tiroteios, ou de forma clientelista. Vencer esse modelo clientelista e estabelecer uma nova forma de interlocução é, então, um dos desafios.

Para Sílvia Ramos, o principal entrave para esse novo paradigma de diálogo que se faz necessário é, justamente, o momento de transição em que todos os agentes aqui se encontram. O poder público está num momento de transição entre o velho modelo repressor e o atual, pacificador, presente e aberto à sociedade. A sociedade está num momento de transição entre a repressão sofrida por parte do tráfico e da velha polícia e o modelo clientelista e o entendimento de que todo esse modelo mudou. Vive-se, afirma, o momento oportuno para essa mudança de paradigma, mas ao mesmo tempo este é o grande desafio a ser vencido.

Joaquim Monteiro de Carvalho – Subsecretário Municipal de Conservação

Para Joaquim, a preservação da cidade depende mais da gentileza e da atitude do carioca do que do próprio poder público. Destacou que 250 mil papelarias (lixeiros) estão espalhadas pelo município, mas algumas pessoas insistem em jogar seu lixo no chão. E recordou um episódio ainda mais marcante, quando, em abril passado, a cidade sofria os efeitos do grande temporal e a equipe da Secretaria de Conservação trabalhava no Morro dos Prazeres, ajudando no duro trabalho de remoção dos destroços e dos corpos das vítimas. Na ocasião, dois pichadores, no primeiro dia de estiagem, escalaram os andaimes da obra de restauração do Cristo Redentor para pichar a estátua, um dos principais símbolos da cidade.

Por situações assim, o Subsecretário considera que alguns cariocas têm uma atitude agressiva em relação à cidade, pichando-a e jogando lixo no chão, mas insiste que o Rio vive hoje um momento oportuno de euforia e que, portanto, o carioca o enxerga de outra maneira. Neste sentido, diz, é preciso que as pessoas percebam que suas atitudes fazem a diferença e que comecem a se policiar e a policiar seus familiares e amigos. É preciso, sobretudo, que o carioca se sinta dono da cidade e, como tal, passe a cuidar dela, como cuida da própria casa. Caso contrário, sem esse cuidado da população com o Rio, o poder público vai sempre enxugar gelo, reparando o que foi danificado ou sujo.

Sendo assim, segundo ele, a pergunta que fica é: como solucionar estes problemas? Não há solução sem a participação dos cidadãos. O Rio prepara-se para receber os dois maiores eventos esportivos do mundo e o cidadão, disse, não pode continuar pensando pequeno, com uma cabeça de terceiro mundo. O Rio – poder público e população – precisa pensar grande e promover grandes realizações.

## DEBATE

Após as apresentações foi aberto debate ao público. Algumas observações dos participantes merecem destaque:

- Tratar os últimos acontecimentos nas comunidades do Alemão como novidade é hipocrisia. As ações chegaram com atraso de 20 anos e como se a polícia de uma só vez tivesse resolvido todos os problemas da comunidade. Tratar as comunidades com políticas diferenciadas é reafirmar a questão da cidade partida, os problemas estão na cidade como um todo.
- Um exemplo: com o trabalho realizado pela UNICEF com a Plataforma dos Centros Urbanos iniciou-se um processo de interlocução entre os jovens envolvidos no projeto e o ministério público. Esta interlocução gerou uma série de processos, a partir das reclamações dos jovens. Essa nova demanda gerou um conflito com a Secretaria de Educação, pois estavam deixando de fazer o trabalho rotineiro das escolas para responder os processos do Ministério Público. A questão colocada é: como melhorar a interlocução dos problemas existentes para não gerar conflitos desta natureza?
- As associações de moradores costumam enviar ao poder público extensas pautas com demandas de serviço. Mas muitas dessas demandas só começam a ser atendidas com a chegada das UPPs. Porque esperar a chegada das UPPs para o poder público providenciar a solução para esses problemas?.

## ENCERRAMENTO

Diante de tudo o que foi exposto, e da reconhecida importância da cultura e participação cidadã, foi sugerida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento, Felipe Góes, a criação de um fórum permanente de cultura cidadã, coordenado pelo Rio Como Vamos, como forma de manter a discussão e seguir a mobilização a partir das iniciativas da própria sociedade. Outra sugestão referiu-se ao envolvimento da rede municipal de ensino neste processo, para que os alunos sejam conscientizados e possam servir como agentes multiplicadores para essa participação cidadã. Ao final do evento, foi apresentada a Campanha de Cultura Cidadã, produzida pela DPZ, a ser encaminhada pelo Rio Como Vamos.